

União Bancária Europeia e Instituições de Crédito em Risco de Insolvência - Os Novos Poderes de Supervisão e Resolução -

Ação de Formação Contínua Tipo B

Lisboa (Auditório do Centro de Estudos Judiciários) - 24 e 25 de maio de 2017

Destinatários: Magistrados/as judiciais e do Ministério Público / Advogados / Outros profissionais da área forense

- Objetivos:**
- Refletir sobre o enquadramento de institutos e instrumentos jurídicos relativos ao poder de Supervisão e de Resolução, incluindo os provenientes do quadro jurídico europeu, e a sua interpretação à luz da Constituição da República Portuguesa
 - Refletir sobre as questões que a sua aplicação prática suscita.

Programa

Dia 24 de maio

09h30 Abertura

Direção do Centro de Estudos Judiciários

09h45 Painel I: Resolução Bancária na União Europeia

União Bancária na prevenção de crises bancárias
O novo quadro institucional em matéria da intervenção, saneamento/resolução e liquidação de instituições de crédito
A Resolução Bancária no Direito comparado
Resolução bancária: Fontes, finalidades e caracterização geral
O princípio do *No creditor worse off*

Moderador: **Lopes Porto**, *Professor Catedrático jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*

09h45 **Ana Perestrelo de Oliveira**, *Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

10h30 *Coffee Break*

10h45 **José Brito Antunes**, *Diretor do Departamento de Serviços Jurídicos do Banco de Portugal*

11h30 Pausa

11h45 Debate

12h30 Pausa para Almoço

14h30 Painel II: Resolução Bancária e Constituição

Resolução bancária e princípios constitucionais
Resolução bancária: natureza jurídica e limites
O Poder de resolução na relação com os demais poderes estaduais

Moderadora: **Fernanda Maçãs**, *Técnica Consultora do Banco de Portugal*

14h30 **Jorge Reis Novais**, *Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

15h30 *Coffee break*

15h45 **Mendes Correia**, *Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

16h30 Debate

Dia 25 de maio

10h00 Painel III: Resolução Bancária e Controlo Jurisdicional

Controlo jurisdicional sobre medidas de resolução já adotadas:
Controlo jurisdicional pelos tribunais comuns e reserva legal de jurisdição dos tribunais administrativos
Controlo jurisdicional sobre resoluções adotadas após 1 de janeiro de 2016: o papel do TJUE e dos tribunais nacionais

Moderador: **José Narciso da Cunha Rodrigues**, *ex-Juiz no Tribunal de Justiça da União Europeia*

10h00 **José Carlos Vieira de Andrade**, *Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*

10h45 *Coffee break*

11h00 **Mário Aroso de Almeida**, *Professor Associado e Vice-Reitor da Universidade Católica Portuguesa*

11h45 Debate

12H30 Encerramento

Núcleos:

COIMBRA – Avenida Sá da Bandeira, n.º 115 – 5.º, 3000-351 Coimbra, Tel: 23 983 49 24 Fax: 23 982 86 93

PORTO – Rua de Camões, n.º 155, 6.º Piso (Edifício da Caixa Geral de Depósitos), 4049-074

Porto, Tel: 22 205 89 68 / 22 203 12 99 Fax: 22 200 89 44

**CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS**

cej@mail.cej.mj.pt

www.cej.mj.pt

Largo do Limoeiro, 1149-048 Lisboa

Tel: 21 884 56 00 Fax: 21 884 56 15